

DIMINUTIVO: UMA ABORDAGEM CIENTÍFICO-REFLEXIVA DE ENSINO PARA AS TURMAS DE ENSINO MÉDIO

Patrícia Rodrigues de Sá SANTIAGO
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

RESUMO: *Este artigo tem o propósito de analisar o caráter expressivo do afixo de grau diminutivo, bem como mostrar uma proposta de ensino desse tema aos alunos de nível médio.*

PALAVRAS-CHAVE: *Morfologia; Ensino; Afixo de grau.*

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a língua portuguesa sempre foi estudada, da mesma forma que as outras línguas e as ciências em geral, de uma maneira estanque, modular e “departamentalizada”. Dessa maneira, despontaram estudos acalorados entre especialistas da morfologia e da sintaxe, da sintaxe e da semântica, da semântica e da estilística.

No entanto, postula-se cada vez mais a ideia de uma integração entre essas áreas, tendo em vista que elas têm como ponto de partida e objeto de estudo a própria língua. Logo, essa visão segmentada outrora defendida cede espaço para uma perspectiva complementar, inclusiva e não exclusiva.

Tem-se, assim, o foco deste trabalho numa categoria gramatical concebida, durante um bom tempo, como estritamente morfológica (ênfase na forma), qual seja: o grau. Pensava-se que o grau fazia parte das palavras colaborando de uma única maneira, conferindo um sentido único e só. Contudo, com o desenvolvimento de outros ramos da linguística e a apropriação de uma concepção mais “transdisciplinar” dos objetos de estudo da língua, fomentou-se o estudo do grau também sob outros vieses, como o lexical (sobretudo na criação de vocábulos novos), o semântico (com a percepção de que o grau poderia veicular não só um significado, porém variados), o sociolinguístico (o grau como elemento marcante nas variações linguísticas), o estilístico (o uso do grau como acréscimo qualitativo e/ou artístico à elaboração da mensagem verbal) e o discursivo-pragmático (o grau nas diversas situações de comunicação e as relações entre os interlocutores).

Portanto, este trabalho tem como objetivo abordar o afixo de grau, mais precisamente o grau diminutivo, analisando seus usos na língua portuguesa (sobretudo, o uso expressivo desse recurso morfológico), bem como mostrar uma proposta de ensino desse tema aos alunos de nível médio.

O GRAU NA LÍNGUA PORTUGUESA: FLEXÃO OU DERIVAÇÃO?

Parece ser consenso entre os gramáticos e estudiosos da língua a ideia de que o gênero e o número constituem casos de flexão, mas o grau situa-se numa “zona de conflito”, uma vez que há certa discordância entre eles. Câmara Jr. (2015), ao abordar os morfemas constituintes do vocábulo, afirma que o gramático latino Varrão cunhou os conceitos de *derivativo naturalis* e *derivativo voluntaria*. Uma corresponde à flexão; a outra, à derivação.

Diminutivo: uma abordagem científico-reflexiva de ensino para as turmas de Ensino Médio

Assim, consoante Câmara, na flexão, há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase e é *naturalis* no termo de Varrão. É a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na primeira pessoa do pretérito imperfeito. Os morfemas flexionais estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação. Além disso, tais morfemas detêm a particularidade da concordância decorrente da sua repetição nos vocábulos encadeados na frase. Ou seja, há concordância de número singular e plural e de gênero masculino e feminino entre um substantivo e seu adjetivo, como há concordância de pessoa gramatical entre o sujeito e o verbo, e depende do tipo de frase a escolha da forma temporal e modal do verbo. (CÂMARA JR., 2015).

Observa-se, então, que não há grande “liberdade” no emprego da flexão dos substantivos, pois ela resume-se às categorias gramaticais de gênero e número. As regras de concordância são restritas e não licenciam grandes “saltos” além do que é permitido (a despeito dos usos coloquiais ‘os menino/as menina’). Desse modo, a flexão é algo já enraizado na língua e internalizado pelos falantes, isto é, torna-se quase “automática”, natural porque todos a conhecem (em suas formas padrão ou não-padrão, formal ou informal). Nesse sentido, não se pode perceber com tanta clareza a voz, a subjetividade do enunciador, o seu ‘estilo’.

No que diz respeito à derivação, Câmara Jr. (2015) afirma que as palavras derivadas não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer, por exemplo, para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congêneres. De cantar, por exemplo, deriva-se cantarolar; mas não há derivações análogas para falar e gritar, diferentemente da sistematicidade que permeia a série *cantávamos, falávamos, gritávamos* etc. Os morfemas de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso. Ademais, existe a opção de usar ou não o vocábulo derivado; por isso, Varrão atribui o adjetivo ‘voluntária’ a formas derivadas. Nem todos os substantivos portugueses têm um diminutivo correspondente, e os que existem podem ser empregados ou não, numa frase dada, mediante a vontade do falante.

Na Nomenclatura Gramatical Brasileira, o grau é considerado como flexão, sobretudo por influência da gramática clássica. De acordo com o critério clássico, o grau seria uma categoria gramatical, tendo em vista que expressaria um significado accidental. Todavia, a maior parte dos gramáticos atualmente tende a considerar o grau como derivação, dado que a expressão grau não se correlaciona a mecanismos gramaticais. Dentro dessa perspectiva, o grau se coloca no âmbito da formação de palavras.

Basilio (2004) faz observações muito relevantes em relação à formação de palavras. Segundo a autora, a palavra formação pode adquirir um matiz mais passivo ou ativo, em consonância com o posicionamento que se tem em relação à gramática. A autora, então, afirma que as gramáticas normativas interpretam a formação como a forma com que as palavras estão construídas, isto é, algo já dado, sem a possibilidade do advento novo. Caberia aos falantes apenas escolher as palavras a usar e esquecer seu potencial criativo, pois a língua já está determinada, não havendo necessidade de mudança. A língua, por si só, seria a protagonista, e não o falante. Nesse ponto, a posição normativa, de alguma maneira, confunde-se com a estruturalista, que concebe a língua como um sistema em si mesmo. Talvez seja também seja por esse motivo que alguns gramáticos de orientação prescritiva ainda vejam a categoria de grau como flexão.

Em contrapartida, a abordagem gerativista privilegia a competência do falante de criar palavras e de atribuir, de acordo com as exigências do discurso, novos significados a

formas já consolidadas. A própria referência ao discurso já remete a algo mais dinâmico, na medida em que não corresponde a uma concepção abstrata de língua, e sim à língua em uso. Entretanto, ressalva-se que a contribuição da gramática gerativa na esfera da formação de palavras restringe-se à noção de competência. O discurso e todos os conceitos relacionados a ele são objeto de outros domínios, não formalistas, do estudo da linguagem. Neste trabalho, sobretudo, importa mais discutir as feições estilística e discursiva do grau diminutivo na língua portuguesa, bem como a apresentação da proposta de ensino do assunto aos alunos de nível médio.

O GRAU: QUESTÃO FORMAL

Basilio (2004) afirma que o grau pode, por meio da língua, expressar a intensidade de uma qualidade ou da dimensão de um objeto. Tal processo recebe o nome de gradação.

Dentro do que foi dito, chega-se à ideia mais corrente sobre o grau: ele exprime a dimensão, o tamanho de algo concreto (como um objeto) ou abstrato (como uma qualidade). Luft (1979) diz que grau é “possibilidade de indicar o tamanho do ser que nomeia”.

Dessa forma, há os dois representantes maiores da categoria do grau: o aumentativo e o diminutivo. Quando não existe nas palavras referência a dimensão ou intensidade, pode-se dizer que elas se encontram no grau normal. Por conseguinte, os termos ‘grande’, ‘caldeira’, ‘pequeno’ e ‘café’ (grau normal) podem-se transformar em ‘grandão’ e ‘caldeirão’, ‘pequeninho’ e ‘cafezinho’ (no aumentativo ou no diminutivo).

Existem também, para os adjetivos, os graus comparativo e superlativo, mas ambos não fazem parte do recorte teórico deste trabalho.

O aumentativo e o diminutivo, como se pode perceber nos próprios termos, manifestam o aumento ou a diminuição, um tamanho maior ou menor do que o considerado “normal”. Isso ocorre de forma perifrástica pela adição de um adjetivo ao nome (como grande, pequeno) ou, de forma sintética, pelo acréscimo de sufixos (e, de modo menos frequente, prefixos), como se verifica nos exemplos citados por Gonçalves et. al. (2010):

- a- Ele tem uma barbona grandona com a do papai noel.
- b- É um tipo feio e mal encarado com um bigodão enorme que mais parece a bunda dum preá, pela queimada do sol e um mãozão tipo marreta.

Os sufixos aumentativos e diminutivos podem se juntar a bases substantivas (o que é mais comum), adjetivas, verbais e, inclusive, adverbiais. Ex.: pobretão (do adjetivo pobre); mandão (do verbo mandar); agorinha (do advérbio agora).

Soares da Silva (2007) postula a existência de um sufixo aumentativo tautológico, denominado aumentativo explicativo, que se apõe a bases cujo significado já alude a algo de grandes proporções com o propósito de enfatizar ou atenuar essa grandeza. É o caso de “naviozão” e “marzão”. Da mesma forma, Soares da Silva (2006) afirma ainda que também existe um diminutivo explicativo. É o que acontece em passarinho ou migalhinha: um passarinho não tem que ser menor que um pássaro; e uma migalhinha não diminui o tamanho de uma migalha, que, por si só, já é um termo que remete a pequeno fragmento de pão ou de outro alimento farináceo.

Cunha & Cintra (2013) destacam uma observação interessante acerca do uso de *-inho* ou *-zinho*: a escolha entre esses dois sufixos dificilmente pode ser baseada em critérios

Diminutivo: uma abordagem científico-reflexiva de ensino para as turmas de Ensino Médio

claros e inquestionáveis. Com exceção das palavras terminadas em s ou z (que regem a primeira forma), em outros casos pode haver uma distinção de ordem da variação linguística, do registro utilizado.

A variedade culta e mais prestigiada tende para as formações com *-zinho*, pois, assim, seria possível manter intacta a palavra primitiva; já na variedade informal/coloquial, nota-se certa preferência por *-inho*. Daí a existência das formas paralelas (ou concorrentes) ‘baldezinho’/‘baldinho’, ‘xicarazinha’/‘xicrinha’. Pode-se acrescentar a isso a influência dos chamados regionalismos (variações diatópicas), como ocorre em ‘mãezinha’/‘paizinho’ (no Sudeste) e ‘mãinha’/‘painho’ (no Nordeste e em alguns lugares do Centro-Oeste). A questão cultural se impõe de maneira a deixar marcas também no campo do diminutivo.

USOS AFETIVOS, AVALIATIVOS E DISCURSIVO-PRAGMÁTICOS DO GRAU DIMINUTIVO

Soares da Silva (2006) afirma que “o diminutivo pode ser a expressão de diferentes aspectos avaliativos mais ou menos emotivos e tanto positivos quanto negativos”. A avaliação negativa, particularmente, é conhecida por depreciação ou pejoratividade. Além disso, pode amenizar, atenuar condições miseráveis e exprimir (ao contrário do que se imagina) grande intensidade, plenitude (mormente em adjetivos e advérbios).

Basílio (2003) chama essa primeira função de atitude subjetiva e dá exemplos do sufixo *-zinho* com forte conteúdo pejorativo. “Maria era uma secretariazinha de segunda classe; O vestido era de um algodãozinho ordinário”. Nota-se, desse modo, que o sufixo *-zinho* empregado nas referidas frases reforçam o caráter negativo, pejorativo embutido no sintagma nominal “segunda classe” e no adjetivo “ordinário”.

Soares da Silva (2006) ratifica essas funções, fornecendo os exemplos *mãezinha*, *filhinho*, *avozinho*, *freirinha*, *amorzinho*, *caminha*, *cachorrinho*, *garotinho*, *quartinho* (para o contexto de afetividade e intimidade); ‘*pobrezinho*’, ‘*coitadinho*’, ‘*ceguinho*’, ‘*doentinho*’ (para o caso atenuante); ‘*cedinho*’, ‘*pertinho*’, ‘*nunquinha*’, ‘*novinho*’, ‘*igualzinho*’, ‘*novinho*’, ‘*limpinho*’, ‘*baratinho*’ (para o caso de intensidade ou plenitude). Destacam-se ainda, para o autor, os *diminutiva puerilia*, próprios da linguagem infantil ou voltada às crianças e presentes nos títulos de histórias como o ‘*O Chapeuzinho Vermelho*’, ‘*O Patinho Feio*’ etc.

Ademais, o enunciador, ao se valer do grau, atende à expectativa daquele a quem se dirige ou quebra essa expectativa, garantindo a adesão ou provocando o rompimento da (s) outra (s) pessoa (s). Esse uso é chamado de discursivo-pragmático, pois o objetivo reside principalmente na subjetividade do interlocutor do que propriamente do enunciador. Soares da Silva (2006) fornece diversos exemplos discursivo-pragmáticos do diminutivo, em contextos profissionais, como forma de chamar a atenção para a situação de alguém, cortesia ou delicadeza com o interlocutor, modéstia, simpatia e/ou empatia:

Daí uma esmolinha ao *ceguinho*/ *pobrezinho*!

Olha a sardinha *fresquinha* / *vivinha*!

[...]

Vou pedir-te um *favorzinho*.

É só uma *ajudinha*! / Só um *jeitinho* (para eu poder passar)!

Patrícia Rodrigues de Sá SANTIAGO

A continha, faz favor!

Depressinha!

Trago-lhe aqui um presentinho.

Então, está boazinha?

Adeusinho!

O GRAU: A QUESTÃO DA LEXICALIZAÇÃO

Observa-se o fenômeno da lexicalização em certos produtos da gradação morfológica, uma vez que tais produtos nem sempre são interpretados pela soma das partes, ou seja, o acréscimo do afixo pode conduzir a opacificações de sentido, em prol da rotulação. Portanto, o diminutivo operaria como um designador, nos termos de Gonçalves (2007): “não é raro encontrar usos figurados de sufixos aumentativos e diminutivos para nomear seres ou eventos não por critérios objetivos, mas a partir de propriedades transferidas em termos associativos”.

Assim, os exemplos a seguir mostram que o sentido especial, lexicalizado por meio da metáfora (relação de semelhança) ou metonímia (relação de contiguidade) tende a suplantar, em frequência de uso, o tradicional, previsível. Tem-se dessa maneira o termo ‘calcinha’, cujo significado “peça íntima feminina” acarretou opacificação do sentido previsível “calça de proporções diminutas”. Gonçalves menciona ainda outros casos de diminutivos lexicalizados: *cebolinha* (tempero); *dobradinha* (bucho); *caipirinha* (bebida); *panelinha* (grupo fechado); *colarinho* (espuma de bebida).

REFERENCIAL TEÓRICO PARA A PROPOSTA DE ENSINO

Nesta seção serão discutidas algumas questões relativas ao ensino de língua portuguesa no Brasil, sobretudo nas turmas de nível médio. Para tanto, utilizaremos o aporte teórico contido no artigo de Basso & Oliveira. Em seguida, será apresentada uma proposta de ensino do tema afixo de grau, mais precisamente o grau diminutivo *-inho/-zinho*, nos moldes dos que postulam os referidos autores.

Para os autores Basso & Oliveira, a curiosidade deve ser a “mola propulsora”, a real motivação do ensino de língua portuguesa. Ou seja, ensinar a língua ao aluno de forma a promover a reflexão acerca de determinado fenômeno linguístico. Infelizmente o que se vê ainda é um ensino pautado pela aprendizagem de uma norma idealizada, respaldada por uma única gramática, qual seja, a normativa.

Dessa maneira, despreza-se o viés científico da língua, engessando no aluno pensamentos do tipo “português é difícil”, “eu não sei português”, o que contribui sobremaneira para a propagação e cristalização do preconceito linguístico. Segundo os autores, a metalinguagem “não pode ser aprendida como uma lista a ser decorada”, restrita à apresentação de rótulos, de conceitos sem a devida aplicação e reflexão de tais conceitos. Para Basso & Oliveira, o aluno precisa ser provocado a (re) inventar a metalinguagem, construir, desconstruir e montar de novo essa metalinguagem para se apropriar dela.

Segundo os autores, esse é um tipo de exercício que nunca é realizado; não se promove o espírito científico do aluno. O curioso é que essa postura vai de encontro ao que dispõem os Parâmetros Curriculares Nacionais, que tendem a excluir a gramática, sob a orientação de que ela só deve ser utilizada como instrumento para o texto escrito.

Diminutivo: uma abordagem científico-reflexiva de ensino para as turmas de Ensino Médio

Basso & Oliveira apontam, dessa forma, que os problemas mais graves residem no fato de que a gramática normativa versa sobre uma língua que não é nossa, ela não analisa de fato o português brasileiro. Outro problema diz respeito à visão de língua perpetuada por esse tipo de gramática que não contribui para um entendimento científico da linguagem humana nem para a compreensão de outras ciências. Por fim, levanta-se a questão de que a gramática normativa está repleta de preconceitos linguísticos, constituindo-se num manual de bem falar, um viés nitidamente não científico, o que potencializa o preconceito linguístico.

Não faltam exemplos para ratificar os problemas elencados pelos autores. Pode-se ilustrar tal asserção com o tópico colocação pronominal no português brasileiro. Sabe-se que, no português brasileiro, não há regularmente ênclises como em ‘dê-me um cigarro’ ou mesóclises como em ‘fá-lo-ei’. Na nossa língua, predomina (sobretudo na língua falada) a estrutura ‘Me dá um cigarro’, já dizia Oswald de Andrade na década de 30.

Propaga-se ainda nas escolas que a próclise da referida estrutura constitui erro e que o “certo” é a estrutura em ênclise, já que a máxima “não se inicia sentença com próclise” deve ser seguida ferrenhamente. Ocorre que muitos professores de língua portuguesa (senão a maioria) proferem a frase empregando a próclise e acabam impondo uma estrutura que diz respeito a uma outra gramática. Deve-se, portanto, mostrar ao aluno que a língua portuguesa varia, e essa variação apresenta uma sistematicidade, isto é, não é aleatório o emprego de uma estrutura em detrimento de outra.

Nos termos dos autores, o fenômeno acima descrito pode ser analisado sob a justificativa de que há duas gramáticas: “a gramática do português brasileiro e uma gramática que diz “Dê-me um cigarro”. Assim, na gramática tradicional (língua idealizada), o pronome não inicia uma sentença, ressaltando que há várias escritas; a escrita literária, por exemplo, “permite que tanto os personagens quanto o narrador ‘falem’ português brasileiro, e é muito comum atualmente encontrarmos ênclise em artigos jornalísticos ou textos acadêmicos”. Faz-se necessário, então, mencionar ao aluno, nas aulas de português, as particularidades da língua falada versus língua escrita. Explicar a ele que, para cada modalidade, existe uma gramática, uma sistematização.

Nesse sentido, Basso & Oliveira defendem a inserção da linguística como contribuição primordial para o ensino de língua portuguesa nas escolas, visto que, nos termos dos autores, a linguística “proporciona o deslumbre pela linguagem, o fascínio de ver sua complexidade, aquela cuja gramática é, por exemplo, a marcação do plural em apenas um elemento do sintagma nominal ou na sentença, como em ‘Os menino tudo saiu”.

Além disso, a linguística fornece meios para que as aulas de português sejam conduzidas de modo a favorecer uma liberdade maior ao professor para trabalhar com questões que vão além de uma função metalinguística e do objetivo de ensinar a escrever e a ler. Assim, indagações acerca do funcionamento da língua devem vir à tona, como: “Como a linguagem surgiu nos humanos? Quando ela surgiu? Como sabemos isso? Por que sabemos que não há linguagem em outros animais? Como é o português brasileiro? Como surgiu o português brasileiro? Por que alguns sotaques são considerados mais “bonitos” e “corretos” do que outros?”, entre outros questionamentos.

Vale destacar que, para implementar o estudo da linguística nas escolas, é imprescindível que o professor esteja devidamente imbuído desse espírito científico e provocativo. Em outras palavras, o professor precisa se municiar de um preparo efetivo,

Patrícia Rodrigues de Sá SANTIAGO

ser um curioso pesquisador de forma a levar adiante o propósito de promover um ensino de língua sob uma perspectiva científica.

A adoção desse trabalho científico da linguagem nas escolas, segundo Basso & Oliveira, não demanda grandes custos, basta termos falantes e suas intuições. Ademais, as técnicas de investigação linguísticas baseadas na intuição (má formação de sentença e suas interpretações possíveis) são qualitativamente as mesmas usadas nas outras ciências. Finalmente, o acesso aos dados pertinentes para a formulação, teste e reformulação de hipóteses está garantido pelo fato de sermos falantes.

Nesse sentido, o intuito é se valer do conhecimento linguístico que o aluno tem da sua língua a fim de levá-lo a construir sua gramática, ensinando passo a passo como é o método científico: observar dados, formular hipóteses, testá-las, refutá-las e, dessa maneira, construir a metalinguagem. Não se trata de ensinar gramática, tampouco aplicar a gramática ao texto escrito. Espera-se, através desse exercício, que o aluno desperte seu olhar crítico e a consciência sobre diferentes regras, diferentes gramáticas. Na próxima seção, apresenta-se uma proposta de ensino do afixo de grau diminutivo *-inho/-zinho* considerando o que foi abordado nesta seção.

AFIXO DE GRAU DIMINUTIVO -INHO/-ZINHO: UMA PROPOSTA DE ENSINO NAS TURMAS DE NÍVEL MÉDIO

Nas aulas de língua portuguesa, no Brasil, muitos professores se limitam a apresentar o grau dos substantivos aos alunos a partir da gramática normativa, dizendo que, nos substantivos concretos, o grau detém uma natureza estritamente dimensiva.

Nessa função, o grau é um sistema de posicionamento relativo sobre a intensidade com que um atributo se manifesta no substantivo; é uma escala de três posições que vai do excesso à falta, passando pelo normal. O grau normal indica que o atributo está presente no substantivo em intensidade típica, comum. Os graus aumentativo e diminutivo indicam excesso e falta, respectivamente. Contudo, esse recurso tão rico e expressivo exerce várias funções semânticas e não deveria ser apresentado apenas como um assunto gramatical.

Diante do exposto até agora, será apresentada uma proposta de ensino do afixo de grau diminutivo *-inho/-zinho* para os alunos de ensino médio, contemplando a teoria abordada no ensaio de Basso & Oliveira, bem como o referencial teórico a respeito do referido tema.

A proposta consiste na apresentação de três gêneros textuais, a saber: uma receita culinária, uma música e uma conversa no meio *Whatsapp*. Abaixo os textos.

Diminutivo: uma abordagem científico-reflexiva de ensino para as turmas de Ensino Médio



a-

b– Receita (beijinho)

Ingredientes

- 1 Lata - Leite Condensado
- 1 Colher de sopa - Margarina sem Sal
- 1 Xícara (Chá) - Coco Ralado

Modo de Preparo

- Aqueça a panela, misture o leite condensado, a margarina e o coco ralado.
- Leve ao fogo baixo, mexendo sempre até desprender do fundo.
- Transfira a mistura para um prato fundo untado com manteiga, espalhe bem e deixe esfriar.
- Faça pequenas **bolinhas** com as mãos untadas com margarina e passe-as sobre o coco ralado para confeitá-las.
- Decore cada **beijinho** com um cravo.

c- Contatinho (Nego do Borel, Luan Santana)

Eu não 'tô entendendo nada
 Parece até que é pique-esconde
 Ela, em plena madrugada
 Desliga o celular e some
 (Chama, Luan)
 Mas eu resolvo essa parada
 Vou acionar meu telefone

Patrícia Rodrigues de Sá SANTIAGO

Se desse poço não sai água
Eu vou buscar em outra fonte
Mas eu já sei o que fazer
Pra resolver esse conflito
Ela finge que me ama, que me ama
E eu finjo que acredito
Mas eu já sei o que fazer
Pra essa falta de carinho
Quando ela sumir do mapa
Eu não vou mais chorar
Eu vou ligar pro **contatinho**
Contatinho
Eu não vou ficar sozinho
Contatinho
Vem aqui me dar carinho
Contatinho
Sabe fazer **direitinho**
Contatinho
Tem que ser no sapatinho
(Olha lá, hein, Nego)
Quando ela cair no mundo
Eu procuro em um segundo
Um **contatinho** pra eu poder me consolar (o quê?)
Se a primeira viajou
E a segunda já casou
Com certeza...

Antes de os alunos trabalharem os textos, solicita-se a eles que deem exemplos de palavras no diminutivo. O objetivo é acionar a bagagem linguística deles no que diz respeito a esse recurso gramatical. Em seguida, o professor apresenta as coordenadas para os alunos analisarem os textos. Para tanto, o professor elabora algumas questões pertinentes ao diminutivo. De forma a ajudar o aluno na identificação dos diminutivos, em cada texto, foram destacadas as palavras em que foram utilizados afixos de grau no diminutivo. Abaixo, constam as perguntas a serem respondidas.

- 1- No texto a, o significado de solzinho e fraquinha tem a ver com tamanho? Justifique.
- 2- No texto b, beijinho está relacionado com beijo? Qual o significado de bolinhas?
- 3- No texto c, o autor empregou a palavra contatinho em vez de contato. Na sua opinião, qual a intenção do autor ao empregar tal palavra no diminutivo?
- 4- Ainda com relação ao texto c, na frase “tem que ser no sapatinho”, a palavra sapatinho está relacionada com a dimensão física? Justifique sua resposta. Na frase “sabe fazer direitinho”, o termo direitinho foi empregado com que intenção?
- 5- Quanto à linguagem utilizada nos três textos, pode-se dizer que ela é formal ou informal? Justifique sua resposta, apresentando exemplos de cada texto.

Diminutivo: uma abordagem científico-reflexiva de ensino para as turmas de Ensino Médio

Como se vê das questões supracitadas, essa proposta de ensino tem por objetivo mostrar a natureza polissêmica do diminutivo *-inho/-zinho*, sobretudo a força expressiva de que se vale esse afixo de grau, visão pouco explorada nas aulas do Ensino Médio. A maioria dos livros didáticos, lamentavelmente, ainda trabalham com esse tópico através de exercícios de cunho classificatório, priorizando a função dimensiva do diminutivo *-inho/-zinho*, sem inseri-lo na função textual.

É uma proposta que busca aliar o conceito morfológico aos propósitos comunicativos do texto, numa interface da morfologia com a linguística textual, ou seja, o exercício acima teve o intuito de fazer com que o aluno enxergasse que o emprego do sufixo *-inho* não foi de modo aleatório. Houve um propósito discursivo-pragmático, no sentido de que os três gêneros textuais (conversa informal no *Whatsapp*, receita culinária e música) propiciaram o emprego do sufixo *-inho*, relacionando-o predominantemente ao contexto linguístico informal. Em outras palavras, buscou-se levar o aluno à reflexão do fenômeno através do exercício proposto, numa conduta condizente com o que defendeu Basso & Oliveira.

Após a resolução das questões, o professor pode fazer uma síntese do assunto, enfatizando a produtividade do sufixo *-inho* em detrimento de outros, como *-acho*, *-ículo*, *-ebre*, *-eco*, *-ejo*, *-ela*, *-eto*, *-iço*, *-ito* etc. Além disso, o professor pode mostrar à turma que o sufixo *-inho/-zinho* apresenta uma variação diatópica (dependendo do lugar, usa-se uma variante em vez da outra). Por fim, deve reafirmar que o sufixo *-inho/-zinho* não se liga apenas à base de um substantivo; pode se ligar também a adjetivos e advérbios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, com este trabalho, contribuir para o ensino do afixo de grau diminutivo *-inho/-zinho* sob a perspectiva científico-reflexiva da linguagem. Esse tópico, normalmente, é apresentado superficialmente nos livros didáticos e nas aulas de língua portuguesa como uma questão essencialmente de gramática prescritiva, dissociado do contexto.

Acredita-se que a compreensão do uso do diminutivo, além de expressar noções positivas e negativas, seja primordial para o entendimento de um texto. Além disso, espera-se que os professores se convençam da necessidade da abordagem desse fenômeno em sala de aula, tornando a leitura de textos uma atividade prazerosa, instigante e considerada pelo aluno importante para que ele participe mais efetivamente da sociedade. Assim, este pode aprender a real motivação para o estudo da língua, que é o seu uso para além da sala de aula num constante desenvolvimento do olhar crítico sobre a linguagem.

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classe de palavras em português*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BASSO, Renato Miguel & OLIVEIRA, Roberta Pires. *Feynman, A linguística e a curiosidade, revisitado*. Matranga, Rio de Janeiro, v.19, n.30 jan/jun 2012.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Patrícia Rodrigues de Sá SANTIAGO

CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Iniciação aos estudos morfológicos*. São Paulo: Contexto, 2011

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão e derivação: o grau*. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & Vieira, Sílvia Rodrigues (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2013.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: EdUFC, 1987.

SOARES DA SILVA, Augusto. *Polissemia na morfologia: diminutivo*. In: _____. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 213-256.

DIMINUTIVE: A SCIENTIFIC-REFLECTIVE TEACHING APPROACH FOR HIGH SCHOOL CLASSES

Abstract: *This article aims to analyze the expressive character of the diminutive grade affix, as well as to show a proposal of teaching of this theme to the students from secondary level.*

Keywords: *Morphology; Teaching; Grade affix.*